

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS, AS CONSEQÜÊNCIAS E OS RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE CRIANÇAS INDÍGENAS POR SUBNUTRIÇÃO DE 2005 A 2007.**

**Requerimento n.º , de 2008.**

(Do Sr. Urzeni Rocha)

Requer a convocação, na qualidade de testemunha, de **Hidenori Mochiizawa**, Conselheiro do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Regional Norte I.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que seja convocado, na qualidade de testemunha, **Hidenori Mochiizawa**, para prestar esclarecimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, uma vez que o mesmo é Conselheiro do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Regional Norte I, e detém informações importantes sobre as condições de vida, saúde, nutrição e desenvolvimento das crianças indígenas.

**JUSTIFICAÇÃO**

Um dos argumentos constantemente levantados na discussão sobre o desenvolvimento econômico de Roraima é que a "imobilização" de grandes áreas, principalmente através da demarcação de terras indígenas, representaria o principal empecilho ao desenvolvimento. Efetivamente, 32 terras indígenas englobam 44% do Estado, sendo quatro áreas contínuas: Yanomami, São Marcos, Waimiri-Atroari e Raposa Serra do Sol, a única não homologada. Várias outras áreas pequenas estão demarcadas em ilhas.

Dizimados pelas incursões portuguesas e holandesas de captura de escravos dos séculos XVII e XVIII, assim como pelas doenças do contato, os índios passaram a ser confinados em fazendas, muitos deles trabalhando na criação de gado em condições de semi-escravidão. A população e a atividade econômica em Roraima cresceram rapidamente com a corrida do ouro nos anos 80. Dezenas de milhares de garimpeiros invadiram as terras indígenas em busca de ouro e diamantes, gerando altíssimo impacto social e ambiental para a população nativa e seu meio ambiente. Povos inteiros quase foram dizimados como os Yanomami, ou os Waimiri-Atroari, cujo território encontrava-se no caminho de um dos "axés" do desenvolvimento traçados pelos governos militares, a BR 174 que liga Manaus-Boa Vista-Venezuela.

A presença de representante do CIMI é de fundamental importância para que esta CPI possa contribuir na solução de graves problemas de saúde e violência contra populações indígenas no Estado de Roraima.

Sala da Comissão, 19 de fevereiro de 2008.

**Deputado Urzeni Rocha  
PSDB/RR**